



MUNICÍPIO DE CUBA

ATA Nº 2
29-11-2017

(Reunião Extraordinária)

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e dezassete, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente, João Manuel Casaca Português, realizou-se a segunda reunião extraordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. A reunião teve início às quinze horas, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

ORDEM DO DIA: -----

1. REVISÃO Nº 2 AO ORÇAMENTO E GOP'S 2017". -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 65/2017 dos Serviços Financeiros cujo teor se transcreve: -----

"Enquadramento legal -----

Para efeito de execução orçamental do exercício de 2017 e porque a matéria em causa nos parece ser de importância, vimos trazer ao conhecimento de V. Exas os factos que a seguir se descrevem, solicitando a melhor tomada de decisão sobre os mesmos, no sentido de ser dado cumprimento ao estipulado no Dec. Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro. -----

Introdução -----

Como é do conhecimento de V. Exª, o orçamento e as GOP'S de 2017 encontram-se à data com uma elevada execução, a nível das despesas correntes. Alguma despesa relacionada com aquisições de bens e de serviços necessária ao normal funcionamento necessita de reforço das dotações, para posterior compromisso, de modo a cumprir as regras subjacentes às operações orçamentais: " As despesas só podem ser cativadas, assumidas,

autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento e com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso, respectivamente "- alínea d) do ponto 2.3.4.2 do Dec- Lei nº 54-A. -----

Modificações ao Orçamento. -----

No ponto 8.3.1 do POCAL constam as diversas formas legalmente assumidas com vista à modificação deste documento, ou, seja, as revisões e as alterações. -----

As revisões orçamentais têm lugar quando houver um aumento do valor global da despesa prevista, salvo se tratar de receitas legalmente consignadas, empréstimos contratados ou a entrada em vigor da nova tabela de vencimentos, casos em que a modificação assume a forma de alteração orçamental. Na revisão ao orçamento podem ser utilizadas, para além das anteriormente referidas, as seguintes contrapartidas: o saldo apurado da gerência anterior, o excesso de cobrança em relação á totalidade das receitas previstas no orçamento ou outras receitas que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar. -----

A inscrição de novas rubricas da despesa no orçamento, de novos projectos ou acções a nível das GOP'S resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações, leva à necessidade da elaboração, apreciação e aprovação de uma revisão orçamental. -----

Os reforços de dotações da despesa resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações, consubstanciam-se em transferências inter - rubricas da despesa. -----

No que se refere à matéria de transferências inter – rubricas da despesa, mostra-se necessário explicitar determinados condicionantes: -----

- Dar cumprimento aos princípios orçamentais e regras previsionais adequados à matéria em causa; -----

- Destrinça e referência das transferências entre contas orçamentais, aceitáveis no âmbito das alterações, a ter em consideração: -----

Situação que se mostra pacífica, entre rúbricas da despesa corrente (origem) e as de capital(destino); -----

Situação limitada e de carácter excepcional, na relação entre a conta de capital (origem) e as de natureza corrente (destino). -----

Face ao exposto, uma autarquia, desde que cumpra as regras previsionais e os princípios orçamentais estabelecidos pelo POCAL, designadamente o princípio corrente, pode, através de uma alteração orçamental, reforçar dotações de despesa por diminuição ou anulação de outras dotações de despesa. -----

Respeitando o princípio do equilíbrio orçamental, previsto na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, a anulação de verbas da despesa de capital para reforço da despesa corrente não é correcta, não se revelando uma boa regra de gestão na medida em que se traduz num desinvestimento, contudo, poderá, em situação limite e devidamente justificada , ocorrer sem se verificar desinvestimento. -----

Na revisão n.º 2, o orçamento da receita foi modificado, tendo sido dotada a rubrica referente a projectos comunitárias, de modo a ser arrecadada uma verba relacionada com um saldo final da referida candidatura". A nível da despesa também foi dotada a rubrica referente a juros do empréstimo de curto prazo. -----

Os reforços no orçamento da despesa ocorreram p/ fazer face à assunção de novos compromissos. -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações nos seguintes projetos: -----

02 244 2011/7- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos; -----

02 251 2002/41 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de um mini-gravador; -----

03 331 2002/60 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com arruamentos (empreitada de trabalhos a executar na saída para a Vidigueira); -----

03 331 2002/64- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com a aquisição de sinalização; -----

03 342 2016/13 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a futuros compromissos relacionados com revisão de preços da empreitada; -----

As Actividades Mais Relevantes sofreram modificações (reforços) nos seguintes projectos:

01 111 2014/5013- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com os serviços de auditoria-ano de 2017; -----

02 211 2004/5015- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o protocolo da EBI; -----

02 211 2009/5002 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a rectificação de classificação; -----

02 212 2014/5004- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto; -----

02 232 2014/5002 ação 5 – O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projecto (novas candidaturas); -----

02 232 2014/5005 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto; -----

02 245 2002/5028 - O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto; -----

02 251 2002/5035- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projecto; -----

02 251 2015/5004 ações 1 e 2- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projecto (despesas de alojamento e refeições); -----

02 252 2002/5040 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projecto (protocolo com o grupo desportivo e recreativo de Faro do Alentejo); -----

02 252 2015/5009 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto; -----

03 340 2017/5006 ações 1,2,3 e 4- Foi criado o projecto de modo acolher a despesa relacionado com o mesmo; -----

03 341 2002/5050 ação 7- O reforço ocorreu para fazer face a rectificação de classificação; -----

03 342 2015/5012- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o projeto; -----

04 410/5055- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projecto; -----

04 420 2002/5058 ação 3 - O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com novas candidaturas aos programas ocupacionais." -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos vereadores do PS, deliberou aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento e GOP's de 2017. -----

2. REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS PARA O ANO 2018. -----

Foi presente à Câmara a Informação 41/2017, da Subunidade de Recursos Humanos enquadrando o assunto em título: -----

"Após dois anos civis de vigência da estrutura orgânica anterior, considera-se necessário proceder à sua alteração. Essa alteração assenta essencialmente na criação de uma unidade de 4º grau - Biblioteca, Arquivo e Museu. -----

Na anterior estrutura, existia o serviço de biblioteca municipal e arquivo municipais, atualmente com a casa Museu Fialho de Almeida cuja conclusão das obras se prevê que seja para breve, é oportuno integrar este espaço que terá as competências previstas no regulamento que se anexa. -----

Face ao solicitado, cumpre a esta subunidade informar o seguinte: -----

1. Conforme dispõe o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, compete à assembleia municipal sob proposta da câmara municipal: -----

- a) *Aprovar o modelo de estrutura orgânica;* -----
- b) *Aprovar a estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares;* -----
- c) *Definir o número máximo de unidades orgânicas flexíveis;* -----
- d) *Definir o número máximo de equipas multidisciplinares, bem como o estatuto remuneratório dos chefes de equipa;* -----
- e) *Definir o número máximo de equipas de projeto;* -----

2. Quanto à câmara municipal, compete, sob proposta do Presidente e dentro dos limites fixados pela assembleia municipal, o seguinte: -----

- a) Criar unidades orgânicas flexíveis e definir as respetivas atribuições e competências; -----
- b) Criar as equipas e projeto; -----
- c) Criar equipas multidisciplinares e determinar o estatuto remuneratório do respetivo chefe; -----

3. Determina a mesma lei que o tipo de organização pode ser, estrutura hierarquizada ou matricial. -----

3.1. A implementação de uma estrutura matricial não se aplica no caso em concreto deste município. -----

3.2. A estrutura hierarquizada é constituída por unidades orgânicas: -----

A proposta agora apresentada assentará numa estrutura hierarquizada composta por unidades orgânicas que serão dirigidas por dirigentes de 3º e 4º graus, por subunidades cuja chefia é exercida por coordenadores técnicos. Alertando desde já, que na ausência de dirigentes ou coordenadores técnicos de cada unidade ou subunidade orgânica, a supervisão ficará a cargo do trabalhador com a carreira/categoria mais elevada, ou em caso de igualdade, por aquele que for designado. -----

4. Na temática relativa ao provimento dos cargos dirigentes, deverá ter-se presente a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que estabelece os limites e regras de provimento em cada cargo dirigente. -----

4.1. Nas câmaras municipais os dirigentes são os seguintes: -----

- a) Direção superior de 1º grau – Diretor municipal; -----
- b) Cargo de direção intermédia de 1º grau – Diretor de departamento municipal; -----
- c) Cargo de direção intermédia de 2º grau - Chefe de divisão Municipal; -----

d) A estrutura pode ainda prever a existência de cargos e direção intermédia de 3º grau ou inferior; Nestes casos, cabe à assembleia municipal a definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais a licenciatura adequada, a experiência profissional, bem como a respetiva remuneração, que deve ser fixada entre a 3ª e 6ª, posições remuneratórias da carreira geral de técnico superior. -----

4.2. Provimento de cargos dirigentes: -----

No caso em concreto do Município de Cuba e de acordo com a proposta do Sr. Presidente, abordar-se-á apenas as questões relacionadas com os dirigentes intermédios de 3º grau, pois serão estes os cargos que se prevê virem a ficar ocupados durante o ano civil de 2017, incluindo o que já se encontra ocupado nomeadamente, na Unidade de Administração e Finanças. -----

4.2.1. Requisitos para o provimento de cargos de direção intermédia ou inferior conforme dispõe o artigo 9.º da Lei 49/2012: -----

“Art. 9.º

1 - Todos os municípios podem prover um cargo de direção intermédia de 3.º grau ou inferior, a criar nos termos dos n.os 2 e 3 do artigo 4.º -----

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, à fração populacional de 40 000 corresponde o direito ao provimento de um dirigente de direção intermédia de 3.º grau ou inferior: -----

3 - O limite global de dirigentes de direção intermédia de 3.º grau ou inferior, a prover nos termos dos números anteriores, é de seis.” -----

Assim, para nos centrarmos na nossa realidade local, no que concerne ao provimento de cargos direção superior de 1º grau (diretor municipal) e cargo de direção intermédia de 1º grau (diretor de departamento municipal), o município não poderá prever a existência de tais cargos, nos termos dos artigos 6º e 7º da lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. -----

Por aplicação do disposto no art. 10º, n.º 2 do Decreto-Lei 305/2009, de 23 de outubro, não poderá na sua estrutura hierarquizada prever a existência de estruturas nucleares a que correspondem direções ou departamentos municipais. -----

Resta assim, apresentar uma proposta assente numa estrutura hierarquizada constituída por unidades e subunidades orgânicas flexíveis, previstas no art. 10º do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de outubro; -----

As unidades orgânicas flexíveis agora propostas, dividem-se em: -----

- Unidades orgânicas de 3º e 4º grau, em que cada unidade será dirigida por pessoal dirigente intermédio de 3º e 4º graus, respetivamente, atendendo ao disposto no art. 9.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto; -----

- Subunidades orgânicas dirigidas por coordenadores técnicos, ou na sua ausência por trabalhador com a carreira/categoria mais elevada ou, aquele que for designado para tal. Das Unidades Orgânicas, mantêm-se as de 3º grau, designadamente, Unidade de Administração e Finanças, Unidade de Ambiente, Ordenamento e Urbanismo e Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade. -----

Na Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, propõe-se a criação de uma unidade de 4º grau, a qual se designará, Biblioteca, Arquivo e Museu. -----

Assim, por via da aplicação dos normativos legais aplicáveis a esta matéria, propõe-se a existência de 3 lugares de cargos de dirigente intermédio de 3º grau, um já existente/provido e um dirigente de 4º grau. -----

O provimento dos cargos agora aprovados e não providos, ficarão condicionados à definição, por parte da assembleia municipal, dos elementos constantes no n.º 3, artigo 4.º da Lei 49/2012. -----

Para além destas unidades orgânicas flexíveis, propõe-se manter a existência de 7 subunidades orgânicas flexíveis, nomeadamente as seguintes subunidades: -----

- Administrativa; -----
- de Recursos Humanos; -----
- de Mobilidade e Gestão de Stocks; -----
- de Obras; -----
- de Ambiente e espaços verdes; -----
- de águas; -----
- de Ação desportiva; -----

No global, a proposta agora apresentada, prevê, as 4 unidades orgânicas em cima propostas e prevê ainda a existência de 7 subunidades orgânicas flexíveis. -----

Suportando-se o modelo atualmente vigente de estrutura hierarquizada, apresenta-se no anexo 1, o organograma que representa graficamente a estrutura hierarquizada, dependências e principais funções do município. -----

No anexo 2 é apresentado o regulamento de Funcionamento dos Serviços Municipais de acordo com a estrutura agora proposta. -----

Após esta deliberação, apresentar-se-á a proposta de regulamento de organização dos serviços municipais para, também, esta ser submetida a deliberação do executivo e assembleia municipal; -----

O regulamento, apresentará as atribuições de cada serviço, não obstante de apostar sempre num trabalho integral no município, apelando sempre a colaboração entre os vários serviços e colaboradores que nelas se inserem. O regulamento esclarecerá também, a disposição das restantes hierarquias, em que situações poderão ou não ser delegadas, bem como é exercido o poder de direção/chefia. -----

O Vereador Luís Barriga disse que a posição dos vereadores do PS será a abstenção uma vez que consideramos que competirá ao executivo em permanência definir as condições e o modo de funcionamento dos serviços municipais, embora nunca seja de mais salientar que a estrutura orgânica deverá reflectir principalmente as necessidades dos serviços e não outras quaisquer razões.

O Sr. Presidente da Câmara deixou uma nota: "De realçar que mais uma vez o PS se abstém na reorganização dos serviços da autarquia, um assunto que deve ser considerado de extrema importância para o funcionamento da Câmara e que a estrutura orgânica agora proposta reflecte as necessidades e a optimização dos meios e dos serviços. Se os vereadores do PS consideram que existem outras razões devem dizê-lo claramente e manifestar a sua discordância. "

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos vereadores do PS, nos termos da Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, deliberou: -----

1. Aprovar e remeter à Assembleia Municipal, nos termos do art.º 6º, as alíneas que lhes são aplicáveis, nomeadamente: -----

1.1. al. a) a estrutura orgânica hierarquizada, e respetivo regulamento de organização dos serviços municipais; -----

1.2. al. c) uma estrutura orgânica composta pelo número máximo de 4 unidades orgânicas flexíveis; -----

1.3. al. d) Que as subunidades orgânicas flexíveis sejam fixadas em 7, em conformidade com a proposta anexa; -----

1.4. al. e) que não existirão equipas multidisciplinares; -----

1.5. al. f) que não existirão equipas de projeto; -----

2. A proposta do Presidente da Câmara, nos termos do art.º 7º da mesma Lei: -----

2.1 Atendendo à al. a) do art. 7.º que as unidades orgânicas flexíveis a criar sejam: -----

- Unidade de Administração e Finanças; -----
- Unidade de ambiente, ordenamento e Urbanismo; -----
- Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade; -----
- Biblioteca, Arquivo e Museu; -----

3. A proposta do Presidente da Câmara, os termos do nº. 3, do artigo 4.º da mesma Lei:

3.1. O presidente apresentará, posteriormente, ao executivo municipal, proposta das respetivas atribuições e competências, da área e dos requisitos de recrutamento, nos termos do n.º 3, do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto; -----

3.2. Que nos termos da als. b) e c), não se propõe a criação de equipas de projeto e de equipas multidisciplinares, respectivamente. -----

2.1. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2018; -----

Foi presente à Câmara a Informação 42/2017, da Subunidade de Recursos Humanos enquadrando o assunto em título: -----

"A presente informação surge no sentido da necessidade de aprovar o Mapa de Pessoal junto à aprovação do orçamento da Autarquia para vigorar no ano 2018, em cumprimento dos normativos legais aplicáveis à gestão de recursos humanos, dos trabalhadores que exercem funções públicas, quaisquer que sejam as relações jurídicas de emprego público. Em cada ciclo anual de gestão, o órgão executivo deve planear as atividades de natureza permanente ou temporária tendo presente a missão, competências e atribuições que lhe estão adstritas. -----

O órgão deliberativo pronuncia-se sobre a aprovação do mapa de pessoal, de acordo com o planeamento delineado e aprovado pela câmara municipal. -----

A proposta de mapa de pessoal, aproximará o mais possível à realidade local, identificando o número e o perfil dos recursos humanos necessários para assegurar a missão e as atividades municipais. -----

Esta proposta de mapa de pessoal reflete a política de gestão de recursos humanos definida pelo executivo, atendendo aos sucessivos constrangimentos introduzidos pelas leis de orçamento de estado dos últimos anos, que implica a programação de abertura de procedimentos concursais nas áreas mais deficitárias, no recurso a mobilidades nas suas diversas formas, como instrumento de valorização profissional dos trabalhadores, contribuindo para uma melhor cultura organizacional orientada para o serviço público,

apostando na formação profissional dos trabalhadores, de acordo com critérios de racionalização e transversalidade dos serviços municipais. -----

Legislação aplicável -----

A Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do trabalho em Funções Públicas (LGTFP), regula os vínculos de trabalho em funções públicas. -----

Da aplicação dos preceitos legais, resulta o Mapa de Pessoal do ano 2018, em que consta Unidades Orgânicas/Subunidades ou Serviços/áreas de atividade, cargos, carreiras/categorias, formação académica no caso dos detentores de carreira técnica superior, número de posto de trabalho existentes e ocupados, relação jurídica de emprego público, bem como as observações que se julgarem oportunas para melhor compreensão do que se encontra explanado no respetivo mapa. -----

O provimento dos lugares vagos, dependerá das normas que vierem a ser aprovadas para o exercício da Gestão de Recursos Humanos no ano de 2018, no que concerne à redução de trabalhadores ou contenção de custos com pessoal. -----

Alterações relevantes ao exercício anterior. -----

1- Não se registam extinção de postos de trabalho; -----

2- Criação de novos postos de trabalho: -----

2.1.) Por tempo indeterminado:-----

- 1 Técnico Superior na área de geografia a planeamento urbano;-----

- 1 Técnico Superior na área do Ambiente;-----

- 1 Técnico Superior na área do Desporto;-----

- 1 coordenador técnico (UAF);-----

- 1 assistente operacional (carpinteiro);-----

- 3 assistentes operacionais (servente);-----

- 2 assistentes operacionais (ambiente);-----

- 3 assistentes operacionais (educação);-----

- 1 assistente operacional (biblioteca);-----

2.2.) A termo resolutivo certo:-----

- 1 Assistente Técnico (Informática);-----

Não obstante, do que agora se apresenta, pretende-se que o Mapa de Pessoal seja um documento estratégico e dinâmico na gestão municipal, que poderá, durante o ano civil a que se reporta, ser sujeito a alteração ou revisão. -----

O Sr. Vereador Luís Barriga disse que é intenção votar a favor no entanto gostaria de ver reflectida mais uma vaga na área social à semelhança do que foi feito para o desporto.

O Sr. Presidente da Câmara disse que o lugar da área social está dependente da consolidação da mobilidade da técnica e que o planeamento da área social está previsto ser elaborado de forma transversal por uma equipa multidisciplinar.

A Câmara, por unanimidade, ao abrigo das competências previstas na alínea o) do n.º 1, art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal que este órgão, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pelo n.º 4 do art.º 29.º da Lei n.º

35/2014, de 20 de junho, aprove o mapa de pessoal para o ano de 2018, em anexo à atual Informação; -----

3. DOCUMENTOS PREVISIONAIS (ORÇAMENTO E GOP'S) PARA O ANO DE 2018. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 66/2017, dos Serviços Financeiros, através da qual, e de acordo com o Dec-Lei n.º 54-A/99, se apresentam os documentos previsionais, a adotar pelas autarquias locais, que são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento. -----

Nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia e incluem, designadamente, o plano plurianual de investimentos e as actividades mais relevantes da gestão autárquica. -----

O Orçamento das autarquias locais apresenta a previsão anual das receitas, bem como, das despesas, de acordo com as classificações e as regras previsionais previstas no POCAL. -----

O Sr. Presidente da Câmara fez uma breve síntese do documento enumerando um conjunto de projetos e iniciativas que pretende ver realizadas em 2018. -----

A Dr.ª Carmen Estrela fez a apresentação técnica do mesmo documento. -----

Os vereadores do PS deixaram a seguinte nota: -----

"No respeitante ao Orçamento e às GOP para 2018, verificam os eleitos do Partido Socialista que o mesmo não contempla algumas das propostas que foram por nós apresentadas, designadamente a redução das taxas de IMI em 30% na localidade de Albergaria dos Fusos e de 15% nas restantes freguesias rurais do concelho, Faro do Alentejo, Vila Alva e Vila Ruiva, sendo que até pelo contrário foi decidido pelo atual executivo em permanência subir a taxa de IMI que vigorava no ano anterior de 0,30 para 0,35, determinando que todos os contribuintes venham a pagar mais imposto sobre imóveis no próximo ano. Não foi também incluído neste orçamento a proposta de ceder gratuitamente os manuais escolares a todos os alunos do 2º e 3º ciclo residentes no concelho, medida que, na nossa opinião, seria importante para aliviar as famílias de mais uma despesa importante nos seus orçamentos. -----

As restantes propostas que apresentámos, referentes à criação de um corredor coberto entre o edifício do Agrupamento de Escolas de Cuba e o Pavilhão Desportivo Municipal e à requalificação dos Postos de Saúde de Faro do Alentejo, Vila Alva e Vila Ruiva, estão efetivamente inscritas nas GOP mas, no respeitante ao corredor coberto, ele também já constava do orçamento do ano anterior e nada foi concretizado. Ainda por cima, as verbas inscritas estão por definir, dependendo do processo de legado pio ao Município de Cuba por parte de Xavier Firmino Vieira, o qual, segundo sabemos, não foi possível resolver até hoje por questões jurídicas e que duvidamos puderem ser solucionadas rapidamente. Quanto à requalificação dos Postos Médicos e embora algumas obras sejam apenas de conservação, parece-nos ridículo o valor inscrito para 2018 de apenas 100,00€.

Verificando as intenções de investimento previstas para o ano de 2018 e seguintes e em face do anunciado em campanha eleitoral pela CDU de privilegiar neste mandato o desenvolvimento económico, parece-nos muito pouco prever apenas 50,00€ em 6 rubricas

referentes a projetos de desenvolvimento económico e de promoção do parque empresarial. Esperamos também que a questão da revisão do Plano Diretor Municipal, que sempre foi considerada pela atual maioria como prioritária para permitir a instalação de agroindústrias no Parque Empresarial, tenha alguma evolução no próximo ano, já que ela também constava do exercício de 2017 e nada foi feito nesse sentido.

Gostávamos também de ver refletido neste orçamento algum aumento significativo nos apoios a coletividades desportivas e culturais, mas verificamos que as verbas inscritas para 2018 não são superiores ao verdadeiramente executado em 2017, situação que nos parece negativo e que penaliza o desenvolvimento e o incentivo ao movimento associativo e às suas realizações.

Refere este documento que a juventude continuará a ser uma forte aposta do Município, por ser uma componente essencial no desenvolvimento de qualquer localidade, pelo que não se compreende o valor extremamente reduzido de 710,00€. previsto no orçamento para o Dia da Juventude que o executivo espera “primar pela diversidade de atividades” para todos os gostos e idades.

Face ao exposto e não podendo os eleitos do Partido Socialista concordar com algumas das opções constantes deste documento, a nossa posição será naturalmente a abstenção.

O Sr. Presidente da Câmara deixou a nota que tem a ver com mais uma abstenção do PS ou seja mais uma não tomada de posição sobre assuntos estruturantes que vêm a reunião de Câmara, em segundo lugar deixa registado em ata que é reclamada a intervenção em áreas tão díspares como a saúde, a educação, o desenvolvimento económico, o associativismo, a juventude, o ordenamento do território, no fundo aquelas que por um ou por outro factor que acabam por ter um valor inscrito em orçamento menos significativo, esquecendo todas as áreas com um peso relevante em termos de gestão política, nomeadamente, os trabalhadores do município, onde se prevê um aumento de 244 mil euros para a contratação e descongelamento das carreiras, a área cultural a acção social, o turismo, a requalificação urbana, a mobilidade urbana e o desporto, recreio e lazer. É também controverso e incoerente propor constantemente o decréscimo das receitas e nomeadamente a diminuição do IRS, do IMI, ou do tarifário da água e depois vir reivindicar que com menos receitas se possa dar resposta no mesmo ano a todas as áreas de atuação do município. Por outro lado aquando da discussão da proposta do IMI a implementar para o ano de 2019 em que a verba resultante desse aumento será empregue na reabilitação das escolas se tenha votado contra e agora se venha exigir essas intervenções. O mesmo se passa com a oferta dos manuais escolares que acaba por ser uma proposta demagógica uma vez que é do conhecimento público que a proposta de orçamento de estado para 2018 já contempla a oferta dos manuais escolares do 2.º ciclo por parte do governo. No que toca à juventude, se hoje se comemora o dia da juventude é porque ele foi implementado pela gestão da CDU tendo sido esquecido pela gestão do PS por mais de

+1
Nereu
Gere
X
X

uma dezena de anos, no entanto está também previsto para 2018 a implementação da medida “emprego jovens ativo” que vai permitir a contratação de 21 jovens. Relativamente ao associativismo dizer que as verbas imputadas às colectividades não diminuem relativamente às verbas de 2017 até porque os protocolos só serão assinados em janeiro de 2018 mas manterão os valores previstos e que correspondem a um aumento de 20% para as associações comparativamente com a gestão do PS.

O Vereador Luís Barriga disse que gerir é tomar opções e definir prioridades. Argumentar que a nossa posição só pretende o aumento da despesa e a redução da receita não nos parece uma conclusão séria e justa. Haverá seguramente muitas coisas supérfluas que se poderão suprimir e outras onde se poderá aumentar a receita, algumas delas já aqui debatidas nestas reuniões. No respeitante à admissão de novos trabalhadores que se prevêem para 2018 e com as quais de uma maneira geral concordamos e que sempre defendemos para resolver problemas de precariedade existentes, esperamos que as mesmas correspondam a efectivas necessidades e possam ser concretizadas com brevidade. O investimento na educação na saúde foram sempre prioridades que defendemos no nosso programa eleitoral, pelo que as nossas propostas nestas áreas não são novidades e não reflectem qualquer posição oportunista e demagógica, não devendo depender, quanto a nós de um maior esforço dos nossos contribuintes.

O Sr. Presidente da Câmara disse que a intervenção do vereador Luís Barriga traz à colação o ditado popular “bem prega frei Tomás, faz o que ele diz não faças o que ele faz” porque no fundo os vereadores do PS defendem tudo. E ainda nunca nos indicaram coisas supérfluas onde se deva cortar no orçamento e na gestão da autarquia, e como se tinham esquecido dos trabalhadores vieram à segunda vez dizer que também se deve investir nesta área. No fundo não se trata de interpretar intenções mas sim julgar com factos a forma como tem sido a sua intervenção na autarquia até ao momento que é reduzir receitas cortar impostos e aumentar as áreas de intervenção. Por outro lado propõem como principais áreas de intervenção a educação e a saúde que, no âmbito do desenvolvimento do concelho são extremamente importantes, mas que acabam por ser áreas de intervenção maioritariamente da esfera do governo central.

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos vereadores do PS, deliberou: -----

1.º - Aprovar os Documentos Previsionais para o ano económico de 2018, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

2.º - Remeter o referido documento para aprovação pelo órgão deliberativo (Assembleia Municipal) para que, este ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo normativo legal proceda à respetiva aprovação; -----

3.º - Tomar conhecimento de que o envio dos documentos ao órgão deliberativo terá que ser efectuado no prazo de 3 meses a contar da data de tomada de posse dos novos órgãos autárquicos, de acordo com o enumerado no nº 2 do artigo 45.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. -----

4. ESTATUTOS E REGULAMENTO INTERNO DA ESCOLA PROFISSIONAL DE CUBA. -----

Na sequência do determinado pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) – Direção de Serviços da Região Alentejo, e em consequência da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 92/2014, de 20 de junho, foram-nos presentes os Estatutos e o Regulamento Interno da Escola Profissional de Cuba. -----

O referido Decreto-Lei nº 92/2014, de 20 de Junho, estabelece o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior, regulando a sua criação, organização e funcionamento, bem como a tutela e fiscalização do Estado sobre as mesmas, e revoga o anterior regime instituído pelo Decreto-Lei nº 4/98, de 8 de janeiro, alterado pelos Decretos-Leis nºs 74/2004, de 26 de março, 54/2006, de 15 de março, e 150/2012, de 12 de julho. -----

Estatui o artº. 4º deste diploma legal que as escolas profissionais privadas se regem por esse decreto-lei e demais legislação aplicável, pelos respetivos estatutos e regulamentos internos e, subsidiariamente, pelo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 152/2013, de 4 de novembro, nos aspetos não previstos e que não forem incompatíveis com as disposições legais. -----

As escolas profissionais gozam de autonomia para desenvolver as suas atividades de natureza pedagógica, cultural e tecnológica (*vide* artº. 8º) e estão sujeitas à tutela e à fiscalização do MEC, esta última através da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (*vide* artigos 9º e 11º). -----

As escolas profissionais privadas podem ser criadas, entre outras situações, por pessoas singulares e por pessoas coletivas, isoladamente ou em associação, constituídas especificamente para esse efeito. Foi o que aconteceu com a Escola Profissional de Cuba, que foi criada pelo Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda, sociedade por quotas unipessoal constituída, na sua totalidade, pelo Município de Cuba, e que é a entidade proprietária da escola. -----

De acordo com o artº. 21º, "*Compete à entidade proprietária da escola profissional privada, designadamente:* -----

- a) *Representar a escola junto dos serviços de administração educativa do MEC em todos os assuntos de natureza administrativa e financeira;* -----
- b) *Assegurar os recursos financeiros indispensáveis ao funcionamento da escola e proceder à sua gestão económica e financeira;* -----
- c) *Responder pela correta aplicação dos apoios financeiros públicos concedidos;* -----

d) Garantir a instrumentalidade dos meios administrativos e financeiros face a objetivos educativos e pedagógicos; -----

e) Prestar aos serviços do MEC as informações que estes solicitarem; -----

f) Incentivar a participação dos diferentes intervenientes das comunidades escolar e local na atividade da escola, de acordo com o regulamento interno, o projeto educativo e o plano anual de atividades; -----

g) Criar e assegurar as condições necessárias ao normal funcionamento da escola; -----

h) Contratar o pessoal que presta serviço na escola; -----

i) Manter os registos escolares dos alunos, em condições de autenticidade e segurança". ---

Em termos de estrutura orgânica estatui o artº. 24º que a mesma integra obrigatoriamente um órgão de direção pedagógica e um órgão consultivo. -----

Sobre o órgão de direção pedagógica estabelece o artº. 25º o seguinte: -----

"1. O órgão de direção pedagógica é singular ou colegial. -----

2. O órgão de direção pedagógica é colegial sempre que, além da sede, a escola funcione também em pólos ou delegações. -----

3. O exercício do cargo de diretor pedagógico ou de presidente da direção pedagógica é incompatível com o exercício do mesmo cargo numa outra escola. -----

4. Ao diretor pedagógico ou ao presidente da direção pedagógica são exigidas habilitações académicas de nível superior e qualificações profissionais adequadas ou, em substituição destas últimas, experiência pedagógica de, pelo menos, três anos. -----

5. O exercício de funções de direção pedagógica é equiparável, para todos os efeitos legais, à função docente". -----

As competências deste órgão estão consignadas no artº. 26º. -----

Quanto ao conselho consultivo estabelece o artº. 27º o seguinte: -----

"1. O órgão consultivo previsto nos estatutos é constituído, nomeadamente, por representantes dos alunos, dos pais ou encarregados de educação, dos docentes e dos órgãos de direção da escola, bem como de instituições e organismos locais representativos do setor económico e social e das empresas parceiras na formação. -----

2. Ao órgão consultivo referido no número anterior compete, designadamente: -----

a) Dar parecer sobre o projeto educativo da escola; -----

b) Dar parecer sobre os cursos de ensino e formação profissional dual e outras ofertas educativas e formativas". -----

Nesta conformidade, deve a Câmara Municipal de Cuba, ao abrigo da competência vertida na alínea ccc) do nº 1 do artº. 33º da lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual (*"Compete à câmara municipal (...) Apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta"*), propor à Assembleia Municipal que aprove os novos Estatutos e Regulamento Interno da EPC, nos termos da competência exarada na alínea b) do artº. 21º dos Estatutos vigentes. -----

A Câmara, por unanimidade, nos termos da competência referida, deliberou propor à Assembleia Municipal a aprovação dos novos Estatutos e Regulamento Interno da EPC.-----

5. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E O SPORTING CLUBE DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 20/2017, do Chefe da UAIDCS, cujo teor se transcreve: -----

Foi-nos solicitado para elaboração, apreciação técnica e consequente enquadramento jurídico e repercussões financeiras a minuta do protocolo em anexo acordo que no âmbito a sua abrangência permitirá à Autarquia apoiar o desporto a nível concelhio. -----

Quid Juris? -----

A autarquia por natureza visa prosseguir um conjunto de atribuições que se consubstanciam na promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população. Entre essas atribuições surgem os domínios da Educação, do Património, da Cultura e do Desporto. Sobre esta questão vide os art.º 2.º e 23.º n.º 2, alínea f), ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Uma vez constatada a existência das atribuições, importa clarificar que as competências para o exercício das mesmas, neste caso em concreto, são da responsabilidade da câmara Municipal, em sintonia com as alíneas t) e u) do n.º 1 do art.º 33.º do diploma legal já em cima citado, onde o legislador determinou que: -----

Artigo 33.º -----

Competências materiais -----

1 — Compete à câmara municipal: -----

(...) -----

u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças; -----

(...) -----

Contextualizada juridicamente a questão, debrucemo-nos um pouco sobre a proposta que foi elaborada e que, como já antes foi anunciada consta do anexo I à presente informação. Através dessa proposta pretende-se prestar o devido apoio financeiro às diversas atividades em funcionamento no SCC, designadamente, futebol jovem, karaté e futebol de

veteranos. -----

Analisado detalhadamente os elementos que nos foram apresentados, estamos em condições de propor ao Sr. Presidente da Câmara o seguinte: -----

Por força das competências que são cometidas ao presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões de câmara, remeter o presente documento para a reunião do órgão executivo colegial que ocorrerá no dia 29 de novembro, para que nela possa ser apreciado e votado o seguinte: -----

- Ao abrigo dos art.ºs 2.º, 23.º n.º 2, alínea f), e 33.º n.º 1 al. u) todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro aprovar a proposta de protocolo entre o Município de Cuba e a Associação Desportiva – Sporting Clube de Cuba, documento que deverá ser integralmente transcrito na ata; -----

Considerando que o Sporting Clube de Cuba tem prestado um relevante e exemplar serviço na promoção e divulgação do desporto, nomeadamente do futebol, do karaté e da natação, promovendo o convívio desportivo inter-geracional desde as mais tenras idades. Considerando o interesse a nível desportivo das atividades desenvolvidas por este Clube; Considerando que compete à Câmara Municipal, no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, (alínea u) do nº 1 do artº 33º da Lei 75/2013, 12/09); -----

É celebrado entre: -----

1º MUNICÍPIO DE CUBA, pessoa coletiva nº 500 832 935, adiante designado por 1º outorgante, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, João Manuel Casaca Português, -----

2º SPORTING CLUBE DE CUBA, pessoa coletiva nº 501 679 928, com sede na Rua Dr. Almeida Tojeiro, em Cuba, adiante designado por 2º outorgante, neste ato representado por António Francisco Fragoso Ramos, Jorge Manuel Pacheco Leão, José Joaquim Sousa Camacho, Rui Pedro Troles Sancho e Hugo Simão, nas qualidades, respetivamente, de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário e Tesoureiro da Direção, conforme disposto nos artºs. 18º, nº 3, e 19º dos respetivos Estatutos, -----
o presente Protocolo de Colaboração, que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

1ª

O presente protocolo tem por fim estabelecer os termos dos apoios que o 1º. Outorgante concede ao 2.º para o seu funcionamento e prossecução de atividades desportivas, em

conformidade com o Plano de Atividades e o Orçamento em vigor para o Município, e mediante o cumprimento das obrigações que cabem ao 2.º Outorgante.

2ª

1. No âmbito do desenvolvimento das suas atividades, será atribuído ao Sporting Clube de Cuba um apoio financeiro de **23.262,50 €** (vinte e três mil duzentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos), que decorrerá das participações desportivas seguintes:

I - Futebol

a) Traquinas/Petizes/Benjamins	3.750,00 €
c) Infantis	2.375,00 €
d) Iniciados.	3.500,00 €
e) Juvenis	5.000,00 €

II - Karaté..... 1.068,75 €

III - Veteranos S. C. Cuba 1.068,75 €

2. Serão, ainda, concedidos pelo 1º Outorgante ao 2º Outorgante:

- a) Um subsídio de **4.750,00 €**, para reparações de veículos e outras despesas de manutenção da sede, comprometendo-se o 2º Outorgante a entregar ao 1º todos os comprovativos da despesa realizada;
- b) Um subsídio de **1.750,00 €** destinado a apoiar a realização das touradas por ocasião da Feira Anual de Cuba, a liquidar até final de Julho.

3. O montante do apoio a atribuir pelas várias participações desportivas será feito do seguinte modo:

- a) Futebol – Durante o ano civil mediante um adiantamento de **3.000,00 €** realizado em **26/06/2017**, **1.500,00€** realizado em **30/08/2017**, e **1.425,00€** realizado em **26/10/2017**. A 1ª prestação no valor de **2.500,00€** realizada em **Novembro**, outra em **Dezembro** no valor de **2.500,00€**, sendo a restante verba dividida e transferida até ao 5º dia útil de cada mês proposto, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, através de transferência bancária para o NIB a indicar.
- b) Karaté – Durante o ano civil de 2018, o subsídio deverá ser atribuído em duas frações, nomeadamente nos meses de fevereiro e de outubro, ou consoante o que em cada momento seja acordado entre os outorgantes;
- c) Veteranos - Totalidade no mês de abril de 2018, ou frações consoante o que em cada momento seja acordado entre os outorgantes.

4. Os pagamentos dos apoios financeiros serão feitos por transferência bancária nas datas em que ficarem acordadas.

3ª

1. O 2º Outorgante compromete-se a utilizar as verbas que lhe sejam atribuídas de forma eficiente e com a diligência devida à sua correta utilização, visando sempre os fins para que foram atribuídas.

2. O 2º Outorgante compromete-se a prestar colaboração nos eventos realizados pelo 1º outorgante sempre que este lho solicite e haja disponibilidade.
3. O 2º Outorgante coloca à disposição do primeiro o uso das suas instalações, sempre que necessário, sem prejuízo dos compromissos oficiais existentes.
4. O primeiro outorgante poderá colocar um painel publicitário no campo de futebol.

4ª

O 2º Outorgante compromete-se a apresentar ao 1º outorgante, no final do ano desportivo, um relatório de todas as despesas realizadas com as verbas atribuídas ao abrigo do presente protocolo, o qual deve ser instruído com todos os documentos de despesa correspondentes.

5ª

O incumprimento pelo 2º Outorgante do disposto no presente protocolo implica a rescisão do mesmo, bem como a restituição das verbas entretanto recebidas.

6ª

1. Compete ao 1º Outorgante fiscalizar a execução deste protocolo, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias.
2. O 2º Outorgante deve prestar ao 1º todas as informações por este solicitado acerca da execução do protocolo.

7ª

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até ao final da época desportiva 2017/2018.
2. Compete ao 1º Outorgante, por sua iniciativa ou a requerimento do 2º Outorgante, aprovar as alterações ao presente protocolo.
- As partes assim o disseram e outorgaram.

Cuba, ___ de Novembro de 2017

O 1º Outorgante, _____

O 2º Outorgante, Presidente _____

Vice-Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____

Tesoureiro _____

O presente Protocolo de Colaboração foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Cuba, em sua reunião extraordinária de 29 de novembro de 2017, ao abrigo do disposto na alínea u) do nº 1 do art.º 33º, da lei 75/2013, 12/09. -----

6. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS TARIFÁRIOS DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PARA 2018. -----

Estatui a alínea d) do artº 14º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que constituem receitas dos municípios, entre outras "O produto da cobrança de (...) preços resultantes (...) da prestação de serviços pelo município, de acordo com o disposto nos artigos 15.º e 16.º" -----

Por seu turno o nº 1 do artº. 21º dessa lei estabelece que “Os preços (...) a fixar pelos municípios, relativos aos serviços prestados (...) pelas unidades orgânicas municipais (...), não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços (...)” e o nº 3 determina que “Os preços (...) a cobrar pelos municípios respeitam, nomeadamente, às atividades de exploração de sistemas municipais ou intermunicipais de (...) Abastecimento público de água (...), Saneamento de águas residuais (...) (e) Gestão de resíduos sólidos”. -----

Relativamente a estas atividades, os municípios cobram os preços previstos em regulamento tarifário que deve obedecer ao estabelecido no artº. 82º da Lei da Água, aprovada pela Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro, e no regulamento tarifário aprovado pela Entidade Reguladora dos Sistemas de Água e Resíduos (doravante ERSAR) (vide nºs 4 e 5 do citado artº. 21º). -----

No exercício da sua competência de emissão de recomendações sobre a aplicação do disposto no regulamento tarifário a ERSAR emitiu as recomendações nº 1/2009 (FORMAÇÃO DE TARIFÁRIOS APLICÁVEIS AOS UTILIZADORES FINAIS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS, doravante Recomendação Tarifária) e nº 2/2010 (CRITÉRIOS DE CÁLCULO PARA A FORMAÇÃO DE TARIFÁRIOS APLICÁVEIS AOS UTILIZADORES FINAIS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS, doravante Critérios de Cálculo). A Recomendação tarifária visa harmonizar as estruturas tarifárias que servem ao financiamento destes serviços, trazer-lhes racionalidade económica e financeira e assegurar a respectiva viabilidade e melhoria, sempre sem pôr em causa a autonomia que deve haver na sua gestão. -----

Os tarifários dos serviços de águas e resíduos devem obedecer aos princípios estabelecidos pela Lei de Bases do Ambiente, pela Lei da Água, pelo Regime Económico e Financeiro dos Recursos Hídricos, pelo Regime Geral da Gestão de Resíduos e pela Lei das Finanças Locais, e respeitar especificamente os seguintes princípios: -----

a) Princípio da recuperação dos custos, nos termos do qual os tarifários dos serviços de águas e resíduos devem permitir a recuperação tendencial dos custos económicos e financeiros decorrentes da sua provisão, em condições de assegurar a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade das entidades gestoras, operando num cenário de eficiência

de forma a não penalizar indevidamente os utilizadores com custos resultantes de uma ineficiente gestão dos sistemas; -----

b) Princípio da utilização sustentável dos recursos hídricos, nos termos do qual os tarifários dos serviços de águas devem contribuir para a gestão sustentável dos recursos hídricos através da interiorização tendencial dos custos e benefícios que estão associados à sua utilização, penalizando os desperdícios e os consumos mais elevados; -----

c) Princípio da prevenção e da valorização, nos termos do qual as tarifas dos serviços de gestão de resíduos devem contribuir para evitar e reduzir a produção de resíduos, incentivando a adesão dos utilizadores finais aos sistemas de recolha selectiva de materiais e à valorização de resíduos; -----

d) Princípio da defesa dos interesses dos utilizadores, nos termos do qual os tarifários devem assegurar uma correcta protecção do utilizador final, evitando possíveis abusos de posição dominante por parte da entidade gestora, por um lado, no que se refere à continuidade, qualidade e custo para o utilizador final dos serviços prestados e, por outro, no que respeita aos mecanismos de sua supervisão e controlo, que se revelam essenciais em situações de monopólio; -----

e) Princípio da acessibilidade económica, nos termos do qual os tarifários devem atender à capacidade financeira dos utilizadores finais, na medida necessária a garantir o acesso tendencialmente universal aos serviços de águas e resíduos; -----

f) Princípio da autonomia das entidades titulares, nos termos do qual a Recomendação da ERSAR procura respeitar a autonomia do Poder Local, sem prejuízo da prossecução dos objectivos fundamentais que a norteiam. -----

Os tarifários devem possuir uma estrutura uniforme em todo o território nacional, tão simples e transparente quanto possível, facilitando a respectiva compreensão por parte dos utilizadores finais. -----

Em conformidade com o princípio da recuperação dos custos, os tarifários dos serviços de águas e resíduos devem atender ao disposto no artº. 82º da Lei .º 58/2005, de 29/12, e considerar como custos a recuperar, designadamente, os seguintes: -----

a) A reintegração e a amortização, em prazo adequado e de acordo com as práticas contabilísticas aplicáveis, do valor dos activos afectos à prestação dos serviços, resultantes de investimentos realizados com a implantação, a manutenção, a modernização, a reabilitação ou a substituição de infra-estruturas, equipamentos ou meios afectos ao sistema; -----

b) Os custos operacionais da entidade gestora, designadamente os incorridos com a aquisição de materiais e bens consumíveis, transacções com outras entidades prestadoras de serviços de águas e resíduos, fornecimentos e serviços externos, incluindo os valores resultantes da imputação aos serviços de custos com atividades e meios partilhados com outros serviços efectuados pela entidade gestora, ou incorridos com a remuneração do pessoal afecto aos serviços; -----

c) Os custos financeiros imputáveis ao financiamento dos serviços e, quando aplicável, a adequada remuneração do capital investido pela entidade gestora; -----

d) Os encargos que legalmente impendam sobre a prestação dos serviços, nomeadamente os de natureza tributária. -----

Para efeitos do princípio da recuperação dos custos, deve ainda atender-se aos proveitos alheios às tarifas, nomeadamente às comparticipações e aos subsídios a fundo perdido, de acordo com o prazo de reintegração e amortização dos activos resultantes de investimentos subsidiados, aos subsídios à exploração que, por razões excepcionais de natureza social, sejam afectos à prestação destes serviços, e a outros proveitos associados à prestação dos serviços ou ao aproveitamento dos meios a eles afetos. -----

Os custos específicos associados à recolha e à drenagem de águas pluviais e à limpeza urbana devem ser excluídos, respectivamente, do universo de custos a recuperar por meio do tarifário dos serviços de saneamento e de gestão de resíduos, mediante segregação ou estimativa, devendo ser recuperados por meio de receitas distintas das entidades titulares. Nesta conformidade, e de forma a cumprir as recomendações da entidade reguladora, assim como as disposições legais sobre a matéria, têm os município da AMCAL concertado as suas atuações no sentido de uniformizar os seus tarifários. -----

Os tarifários devem ser aprovados até ao termo do ano civil anterior àquele a que respeitam, assim como as suas atualizações anuais, e só devem produzir efeitos 15 dias após a sua publicação, nos termos legais, conforme resulta da conjugação do nº 1 do artº. 11º-A do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto (que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos), na sua redação atual, do artº. 71º do Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento Público de Água do Concelho de Cuba, do artº. 64º do Regulamento Municipal do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Cuba, e do artº. 46º do Regulamento Municipal do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Concelho de Cuba. -----

Foi com base em todos este desideratos que foi elaborado, pelo Dr. Belchior Lourenço, o documento de análise à proposta de atualização dos tarifários do Município de Cuba para o ano de 2018, que se anexa. -----

Mais se informa que, para efeitos de fiscalização das normas relativas ao cálculo e formação de tarifas, devem os tarifários ser remetidos à ERSAR, acompanhados da deliberação que os aprovou e da respetiva fundamentação económico-financeira nos moldes definidos pelos regulamentos tarifários, no prazo de 15 dias após a sua aprovação (*vide* nº 3 do citado artº. 11º-A). -----

Na mesma sendo, é apresentada proposta de atualização da taxa de recursos hídricos e da taxa de gestão de resíduos. -----

A taxa de recursos hídricos é um instrumento económico e financeiro que visa compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico, o custo ambiental inerente às atividades suscetíveis de causar um impacte significativo nos recursos hídricos, bem como os custos administrativos inerentes ao planeamento, gestão, fiscalização e garantia da quantidade e qualidade das águas, e encontra-se prevista no Decreto-Lei nº 97/2008, de 11 de Junho, na sua redação atual (*vide* nº 2 do artº. 3º deste diploma). -----

A taxa de recursos hídricos incide sobre a utilização privativa de águas do domínio público hídrico do Estado, a descarga, direta ou indireta, de efluentes sobre os recursos hídricos, suscetível de causar impacte significativo, a extração de materiais inertes do domínio público hídrico do Estado, a ocupação de terrenos ou planos de água do domínio público hídrico do Estado, e a utilização de águas, qualquer que seja a sua natureza ou regime legal, sujeitas a planeamento e gestão públicos, suscetível de causar impacte significativo (*vide* artº. 4º). São sujeitos passivos desta taxa todas as pessoas, singulares ou coletivas, que realizem as utilizações atrás referidas e quando a taxa não seja devida pelo utilizador final dos recursos hídricos, deve o sujeito passivo repercutir sobre o utilizador final o encargo económico que ela representa, juntamente com os preços ou tarifas que pratique (*vide* artº. 5º). -----

Esta taxa é objeto de atualização anual com efeitos a 1 de Janeiro de cada ano, com base na variação média disponível dos últimos 12 meses do índice de preços no consumidor relativo ao ano anterior (*vide* artº. 17º, nº 1). -----

Por seu turno, a taxa de gestão de resíduos, criada pelo Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de Setembro, na sua redação atual, é um instrumento financeiro que visa compensar os

custos administrativos de acompanhamento das atividades de gestão de resíduos, incentivar a redução da produção de resíduos, estimular o cumprimento dos objetivos nacionais em matéria de gestão de resíduos e melhorar o desempenho do sector (vide nº 1 do artº. 58º), e deve ser repercutida nas tarifas e prestações financeiras cobradas pelos sujeitos passivos (vide nº 8 do mesmo artigo). -----

Nesta conformidade: -----

1. Submete-se a deliberação do órgão executivo, ao abrigo da competência prevista na alínea e) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro (*"Compete à Câmara Municipal (...) Fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados, sem prejuízo, quando for caso disso, das competências legais das entidades reguladoras"*), com as alterações que lhe foram introduzidas, a proposta de alteração dos tarifários dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos para o ano de 2018, constante dos documentos anexos; -----
2. Deve a Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea ccc) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual (*"Compete à Câmara Municipal (...) Apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta"*), submeter a proposta de atualização da taxa de recursos hídricos e taxa de gestão de resíduos à Assembleia Municipal para que esta a aprove, no âmbito da sua competência prevista na alínea b) do nº 1 do artº. 25º da acima identificada lei (*"Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal (...) Aprovar as taxas do município e fixar o respetivo valor"*). -----

O Dr. Belchior Lourenço, da Empresa Raízes Ocultas, consultora do município nesta área, convidado a participar nesta reunião para prestar os esclarecimentos julgados necessários, explicou o que se pretende com a aprovação desta proposta, designadamente o cumprimento das recomendações da ERSAR nesta matéria e consequentemente a elegibilidade do município em termos de investimentos, com recurso a fundos comunitários, que se pretendam implementar para melhoramento dos serviços de abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos urbanos. -----

Os vereadores do PS em face da explanação apresentada pelo Dr. Belchior e onde foi questionada a possibilidade de fazer esta revisão de forma faseada, para não sobrecarregar de uma só vez os encargos dos consumidores, uma vez que para um consumidor doméstico médio os aumentos totais rondarão os 20%, foi esclarecido que

essa situação já vinha a acontecer mas que nessa condição não seria possível atingir os valores necessários para que o município possa vir a ter acesso no futuro aos fundos comunitários para obras de remodelação na rede em baixa. Por outro lado e mesmo com a aprovação deste tarifário poderemos não conseguir ainda atingir esses valores pelo que não há certezas sobre essa acessibilidade. No entanto e como essa questão do acesso aos fundos comunitários é essencial, não poderemos votar contra esta proposta pelo que a nossa posição será a abstenção.

O Sr. Presidente da Câmara disse que os elementos do Executivo da CDU já estão habituados a que apenas um mês e meio após a tomada de posse que os eleitos do PS tomem a posição de não assumir posições e com esse argumento tentar retirar dividendos políticos, neste caso de uma situação em que o município é obrigado a dar resposta face às exigências da Entidade Reguladora. Esta actualização dos tarifários acaba por ser obrigatória para fazer melhorias na rede de abastecimento de água no contexto que se tornou insuportável com as frequentes roturas em virtude de, durante anos se ter substituído calçadas por todo o concelho e não se ter procedido à substituição da rede de águas. Por outro lado esta actualização do tarifário resulta do compromisso de vários municípios da AMCAL que vem sendo realizado em simultâneo quer na gestão do PS quer na gestão da CDU e que sempre tem sido aprovado por unanimidade. Esta alteração de posição quebra um ciclo de responsabilidades assumido por todos os vereadores de ambos os partidos nos anteriores mandatos. As autarquias locais e o município de Cuba, fruto dos poucos recursos e transferências que recebe do governo, não pode tomar decisões levianas de diminuir o IRS, diminuir o IMI, diminuir ou não aumentar o tarifário da água, pondo em causa a sua sustentabilidade financeira tudo por questões eleitoralistas que não nos parece ser uma atitude séria e responsável, a não ser que o objectivo seja paralisar a actividade da Câmara

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos vereadores do PS, deliberou: -----

1. Aprovar a proposta de alteração dos tarifários dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos para o ano de 2018, que seguidamente se transcreve; -----
2. Submeter a proposta de actualização da taxa de recursos hídricos e taxa de gestão de resíduos à Assembleia Municipal para que esta a aprove, no âmbito da sua competência prevista na alínea b) do nº 1 do artº. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Proposta de Estrutura Tarifária dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de
Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos para o ano de 2018

Seção I Abastecimento de Água

Subseção I Tarifas de Abastecimento de Água

Artigo 1º Utilizadores Finais Domésticos

Alínea 1 – Tarifa Fixa (€/30 Dias):

Subalínea a) Até 25mm:.....	1,8712€
Subalínea b) Acima de 25 e até 30mm:.....	4,0122€
Subalínea c) Acima de 30mm:.....	5,1474€

Alínea 2 – Tarifa Variável (€/m³):

Subalínea a) 1º Escalão (De 0 a 5m ³):.....	0,5444€
Subalínea b) 2º Escalão (De 6 a 15m ³):.....	0,8468€
Subalínea c) 3º Escalão (De 16 a 25m ³):.....	2,4486€
Subalínea d) 4º Escalão (Acima de 25m ³):.....	3,7261€
Subalínea e) TRH AA (por m ³):.....	0,0528€

Artigo 2º Utilizadores Finais Não Domésticos (inclui consumos provisórios)

Alínea 1 – Tarifa Fixa (€/30 Dias):

a) 1º Nível - Até 20mm:.....	2,8973€
b) 2º Nível – Superior a 20mm e até 30mm:.....	4,0122€
c) 3º Nível – Superior a 30mm e até 50mm:.....	5,1474€
d) 4º Nível – Superior a 30mm e até 50mm:.....	6,9446€
e) 5º Nível – Superior a 100mm:.....	9,2558€

Alínea 2 – Tarifa Variável (€/m³):

a) Escalão Único – por m ³ :.....	1,3663€
b) TRH AA (por m ³):.....	0,0528€

Artigo 3º Utilizadores Finais Domésticos – Consumo Social

Alínea 1 – Tarifa Fixa (€/30 Dias):

Subalínea a) Até 25mm:.....	0,0000€
Subalínea b) Acima de 25 e até 30mm:.....	0,0000€
Subalínea c) Acima de 30mm:.....	0,0000€

Alínea 2 – Tarifa Variável (€/m³):

Subalínea a) 1º Escalão (De 0 a 5m ³):.....	0,5444€
Subalínea b) 2º Escalão (De 6 a 15m ³):.....	0,5444€
Subalínea c) 3º Escalão (De 16 a 25m ³):.....	2,4486€
Subalínea d) 4º Escalão (Acima de 25m ³):.....	3,7261€
Subalínea e) TRH AA (por m ³):.....	0,0528€

Artigo 4º Utilizadores Finais Domésticos – Famílias Numerosas (5)

Alínea 1 – Tarifa Fixa (€/30 Dias):

Subalínea a) Até 25mm:.....	1,8712€
Subalínea b) Acima de 25 e até 30mm:.....	4,0122€
Subalínea c) Acima de 30mm:.....	5,1474€

Alínea 2 – Tarifa Variável (€/m³):

Subalínea a) 1º Escalão (De 0 a 8m ³):.....	0,5444€
Subalínea b) 2º Escalão (De 9 a 18m ³):.....	0,8468€
Subalínea c) 3º Escalão (De 19 a 28m ³):.....	2,4486€
Subalínea d) 4º Escalão (Acima de 28m ³):.....	3,7261€
Subalínea e) TRH AA (por m ³):.....	0,0528€

Artigo 5º Utilizadores Finais Domésticos – Famílias Numerosas (6)

Alínea 1 – Tarifa Fixa (€/30 Dias):

Subalínea a) Até 25mm:.....	1,8712€
Subalínea b) Acima de 25 e até 30mm:.....	4,0122€
Subalínea c) Acima de 30mm:.....	5,1474€
Alínea 2 – Tarifa Variável (€/m ³):	
Subalínea a) 1º Escalão (De 0 a 11m ³):.....	0,5444€
Subalínea b) 2º Escalão (De 12 a 21m ³):.....	0,8468€
Subalínea c) 3º Escalão (De 22 a 31m ³):.....	2,4486€
Subalínea d) 4º Escalão (Acima de 31m ³):.....	3,7261€
Subalínea e) TRH AA (por m ³):.....	0,0528€
Artigo 6º Utilizadores Finais Domésticos – Famílias Numerosas (7)	
Alínea 1 – Tarifa Fixa (€/30 Dias):	
Subalínea a) Até 25mm:.....	1,8712€
Subalínea b) Acima de 25 e até 30mm:.....	4,0122€
Subalínea c) Acima de 30mm:.....	5,1474€
Alínea 2 – Tarifa Variável (€/m ³):	
Subalínea a) 1º Escalão (De 0 a 14m ³):.....	0,5444€
Subalínea b) 2º Escalão (De 15 a 24m ³):.....	0,8468€
Subalínea c) 3º Escalão (De 25 a 34m ³):.....	2,4486€
Subalínea d) 4º Escalão (Acima de 34m ³):.....	3,7261€
Subalínea e) TRH AA (por m ³):.....	0,0528€
Observação: Para agregados familiares com dimensão superior, a extensão dos escalões de consumo segue a Recomendação Tarifária da Entidade Reguladora.	
Artigo 7º Utilizadores Finais Não Domésticos - Instituições	
Alínea 1 – Tarifa Fixa (€/30 Dias):	
a) 1º Nível - Até 20mm:.....	1,8712€
b) 2º Nível – Superior a 20mm e até 30mm:.....	4,0122€
c) 3º Nível – Superior a 30mm e até 50mm:.....	5,1474€
d) 4º Nível – Superior a 30mm e até 50mm:.....	6,9446€
5) 5º Nível – Superior a 100mm:.....	9,2558€
Alínea 2 – Tarifa Variável (€/m ³):	
i) 1º Escalão (De 0 a 50m ³):.....	0,8468€
ii) 2º Escalão (Acima de 50m ³):.....	1,3663€
iii) TRH AA (por m ³):.....	0,0528€
Ao tarifário e taxas acima indicados, acresce o IVA à taxa em vigor.	
Subseção 2 – Serviços Auxiliares de Abastecimento de Água	
Artigo 8º Ramais de ligação à rede de distribuição de água, por 10 metros lineares ou fração:	
Alínea 1 – Ramal c/13mm – 1/2P:.....	197,9919€
Alínea 2 – Ramal c/20mm – 3/4P:.....	212,6456€
Alínea 3 – Ramal c/25mm – 1P:.....	215,8811€
Alínea 4 – Ramal c/37,5mm – 1P 1/4:.....	221,3192€
Alínea 5 – Ramal c/37,5mm – 1P 1/2:.....	225,4611€
Alínea 6 – Ramal c/50mm – 2P:.....	240,6063€
a) Acresce por cada metro linear (10% do preço base das alíneas anteriores)	
Artigo 9º – Ramais domiciliários de águas pluviais – por 10 metros lineares ou fração:	
Alínea 1 – Ramal c/ calibre #150 a #200mm:.....	252,2528€
Alínea 2 – Ramal c/ calibre #201 a #300mm:.....	272,3122€
Artigo 10º Realização de vistorias aos sistemas prediais a pedido dos utilizadores:	
Alínea 1 – Vistoria e ensaio de canalizações:	
a) Habitação – por fogo:.....	137,2600€

- b) Estabelecimentos comerciais e serviços:.....182,9993€
c) Complexos industriais e agrícolas:.....228,7597€

Alínea 2 – Acresce o montante cobrado por entidades externas.

Artigo 11º Suspensão e reinício da ligação do serviço a pedido do utilizador final / por incumprimento do utilizador final:.....16,5041€

Artigo 12º Contadores:

Alínea 1 – Colocação, aferição e reaferição de contadores – por cada:.....6,6923€

Alínea 2 – Transferência de contadores - por metro linear:.....57,5536€

Artigo 13º Utilização de detetor de fugas de água - por hora ou fração:.....12,4466€

Artigo 14º Outros serviços - por hora ou fração:.....6,6923€

Aos serviços auxiliares acima indicados, acresce o IVA à taxa em vigor.

Seção II Saneamento de Águas Residuais

Subseção I Tarifas de Saneamento de Águas Residuais

Artigo 15º Utilizadores Finais Domésticos

Alínea 1 – Tarifa Fixa (€/30 Dias):

Subalínea a) Nível Único:.....1,5625€

Alínea 2 – Tarifa Variável (€/m³):

Subalínea a) 1º Escalão (De 0 a 5m³):.....0,2625€

Subalínea b) 2º Escalão (De 6 a 15m³):.....0,3240€

Subalínea c) 3º Escalão (De 16 a 25m³):.....0,9430€

Subalínea d) 4º Escalão (Acima de 25m³):.....1,3776€

Subalínea e) TRH AR (por m³):.....0,0165€

Artigo 16º Utilizadores Finais Não Domésticos

Alínea 1 – Tarifa Fixa (€/30 Dias):

Subalínea a) Nível Único:.....1,6478€

Alínea 2 – Tarifa Variável (€/m³):

a) Escalão Único – por m³:.....0,3564€

b) TRH AR (por m³):.....0,0165€

Artigo 17º Utilizadores Finais Domésticos - Consumo Social

Alínea 1 – Tarifa Fixa (€/30 Dias):

Subalínea a) Nível Único:.....0,0000€

Alínea 2 – Tarifa Variável (€/m³):

Subalínea a) 1º Escalão (De 0 a 5m³):.....0,2625€

Subalínea b) 2º Escalão (De 6 a 15m³):.....0,2625€

Subalínea c) 3º Escalão (De 16 a 25m³):.....0,9430€

Subalínea d) 4º Escalão (Acima de 25m³):.....1,3776€

Subalínea e) TRH AR (por m³):.....0,0165€

Artigo 18º Utilizadores Finais Domésticos - Famílias Numerosas (5)

Alínea 1 – Tarifa Fixa (€/30 Dias):

Subalínea a) Nível Único:.....1,5625€

Alínea 2 – Tarifa Variável (€/m³):

Subalínea a) 1º Escalão (De 0 a 8m³):.....0,2625€

Subalínea b) 2º Escalão (De 9 a 18m³):.....0,3240€

Subalínea c) 3º Escalão (De 19 a 28m³):.....0,9430€

Subalínea d) 4º Escalão (Acima de 28m³):.....1,3776€

Subalínea e) TRH AR (por m³):.....0,0165€

Artigo 19º Utilizadores Finais Domésticos - Famílias Numerosas (6)

Alínea 1 – Tarifa Fixa (€/30 Dias):

Subalínea a) Nível Único:.....1,5625€

Alínea 2 – Tarifa Variável (€/m³):

Subalínea a) 1º Escalão (De 0 a 11m³):	0,2625€
Subalínea b) 2º Escalão (De 12 a 21m³):	0,3240€
Subalínea c) 3º Escalão (De 22 a 31m³):	0,9430€
Subalínea d) 4º Escalão (Acima de 31m³):	1,3776€
Subalínea e) TRH AR (por m³):	0,0165€

Artigo 20º Utilizadores Finais Domésticos - Famílias Numerosas (7)

Alínea 1 – Tarifa Fixa (€/30 Dias):

Subalínea a) Nível Único:	1,5625€
---------------------------	---------

Alínea 2 – Tarifa Variável (€/m³):

Subalínea a) 1º Escalão (De 0 a 14m³):	0,2625€
Subalínea b) 2º Escalão (De 15 a 24m³):	0,3240€
Subalínea c) 3º Escalão (De 25 a 34m³):	0,9430€
Subalínea d) 4º Escalão (Acima de 34m³):	1,3776€
Subalínea e) TRH AR (por m³):	0,0165€

Observação: Para agregados familiares com dimensão superior, a extensão dos escalões de consumo segue a Recomendação Tarifária da Entidade Reguladora.

Artigo 21º Utilizadores Finais Não Domésticos - Instituições

Alínea 1 – Tarifa Fixa (€/30 Dias):

Subalínea a) Nível Único:	1,5625€
---------------------------	---------

Alínea 2 – Tarifa Variável (€/m³):

a) 1º Escalão (De 0 a 50m³):	0,2625€
b) 2º Escalão (Acima de 50m³):	0,3564€
c) TRH AA (por m³):	0,0165€

Às taxas acima indicadas, acresce o IVA à taxa em vigor.

Subseção 2 – Serviços Auxiliares de Saneamento de Águas Residuais

Artigo 22º Ramais domiciliários de águas residuais domésticas – por 10 metros lineares ou fração, nos termos seguintes:

Alínea 1 – Ramal c/ calibre #100 a #125mm:	213,0566€
--	-----------

Alínea 2 – Ramal c/ calibre #125 a #150mm:	219,7067€
--	-----------

Artigo 23º Ligação e utilização de esgotos:

Alínea 1 – Vistoria e ensaio de canalizações:

a) Habitação – por fogo:	49,7441€
b) Estabelecimentos comerciais e serviços:	49,7441€
c) Complexos industriais e agrícolas:	124,3709€

Alínea 2 – Acresce o montante cobrado por entidades externas.

Artigo 24º Preço de ligação:	35,1159€
------------------------------	----------

Artigo 25º Limpeza de fossas ou coletores particulares:

Alínea 1 - Por cada deslocação da viatura, incluindo as operações - por hora: 18,4960€

Alínea 2 - Acresce ao anterior por km percorrido (o valor indicado para a função pública)

Artigo 26º Outros serviços - por hora ou fração:	6,6923€
--	---------

Aos serviços auxiliares acima indicados, acresce o IVA à taxa em vigor.

Seção III Gestão de Resíduos Urbanos

Subseção I Tarifas de Gestão de Resíduos Urbanos

Artigo 27º Utilizadores Finais Domésticos

Alínea 1 – Tarifa Fixa (€/30 Dias):

Subalínea a) Nível Único:	1,9900€
---------------------------	---------

Alínea 2 – Tarifa Variável (€/m³):

Subalínea a) Escalão Único – por m ³ :	0,2900€
Subalínea b) TGR RU (por m ³):	0,0185€
Artigo 28º Utilizadores Finais Não Domésticos	
Alínea 1 – Tarifa Fixa (€/30 Dias):	
Subalínea a) Nível Único:	2,1890€
Alínea 2 – Tarifa Variável (€/m ³):	
Subalínea a) Escalão Único – por m ³ :	0,2970€
Subalínea b) TGR RU (por m ³):	0,0185€
Artigo 29º Utilizadores Finais Domésticos – Consumo Social	
Alínea 1 – Tarifa Fixa (€/30 Dias):	
Subalínea a) Nível Único:	0,0000€
Alínea 2 – Tarifa Variável (€/m ³):	
Subalínea a) Escalão Único – por m ³ :	0,2900€
Subalínea b) TGR RU (por m ³):	0,0185€
Artigo 30º Utilizadores Finais Domésticos – Famílias Numerosas	
Alínea 1 – Tarifa Fixa (€/30 Dias):	
Subalínea a) Nível Único:	1,9900€
Alínea 2 – Tarifa Variável (€/m ³):	
Subalínea a) Escalão Único – por m ³ :	0,2900€
Subalínea b) TGR RU (por m ³):	0,0185€
Artigo 31º Utilizadores Finais Não Domésticos - Instituições	
Alínea 1 – Tarifa Fixa (€/30 Dias):	
Subalínea a) Nível Único:	1,9900€
Alínea 2 – Tarifa Variável (€/m ³):	
Subalínea a) Escalão Único – por m ³ :	0,2900€
Subalínea b) TGR RU (por m ³):	0,0185€
Às taxas acima indicadas, acresce o IVA à taxa em vigor.	
Subseção 2 – Serviços Auxiliares de Gestão de Resíduos Urbanos	
Artigo 32º Recolha esporádica em unidades industriais e comerciais que não requeiram recolhas periódicas, incluindo sucatas:	
Alínea 1 – Preço por m ³ recolhido:	18,4960€
Alínea 2 – Recolha de pneus – por unidade:	
Subalínea a) Pneu ligeiro:	0,4005€
Subalínea b) Pneu Comercial:	0,4005€
Subalínea c) Pneu Industrial:	5,9335€
Artigo 33º Recolha de objetos domésticos fora de uso e terras sobrantas e aparas de quintais e jardins particulares - Preço por m³ recolhido:	
	1,2647€
Artigo 34º Recolha esporádica de resíduos:	
Alínea 1 – Remoção, quando possível, de resíduos e detritos industriais e comerciais – por tonelada ou fração:	
	39,8175€
Alínea 2 – Remoção, quando possível, de restos de comida de atividades industriais e comerciais – por cada 100 litros ou fração:	
	1,0498€
Aos serviços auxiliares acima indicados, acresce o IVA à taxa em vigor.	

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em

voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 19,20 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador técnico,


Noel



